

REFLETINDO MINHA DOCÊNCIA ATRAVÉS DA VIVÊNCIA DISCENTE

Mestranda: Ana Gissele da Silva Santos (Bolsista FAPEMA)

Mestranda: Dagmar Suzana Jurie Höehr

Ao iniciarmos as discussões sobre “O Ensino da Geografia e a formação dos seus professores”, no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, o orientador deste relato e então professor da disciplina acima citada questionou sobre as nossas lembranças das aulas de Geografia durante o ensino fundamental (5ª a 8ª série) e o ensino médio, e ressaltou ser estas de grande relevância para nosso perfil quanto professor, ”aprendemos a ser professor desde que nos tornamos alunos” (KAERCHER, 2004, p.40).

Nesta ocasião o professor nos induziu a um processo de reflexão nunca feito por nós: conteúdos e metodologias que marcaram nossa vida de estudante secundarista, as habilidades então desenvolvidas e o que “ficou” quanto à aprendizagem e como exemplo a ser seguido ou não.

O que nos marcou na relação com os professores de Geografia, tanto positivamente quanto negativamente, ou seja, o que deve ser evitado? O que pode ser “copiado”? Fazendo assim uma relação do que achávamos dos nossos professores de Geografia e da Geografia, quanto aluno. A partir dessa reflexão inicial, nos remeteríamos a uma análise da concepção de Geografia e Educação, explícita ou subentendida por nós hoje, quanto professores.

Com base nesse trabalho de reflexão, achou-se pertinente trazer essa discussão sobre a questão didático-pedagógica da Geografia escolar: pedagogia, método, e conteúdo, a partir de uma reflexão das críticas ao seu ensino, como, aliás, acontece com o ensino em geral, para um evento de nível regional, onde se reúnem Geógrafos, licenciados ou bacharéis, que tiveram ou não experiências como professor, mas que também não deixou de ter experiência como aluno. O objetivo é discutirmos o ensino da Geografia a partir de como afirma Freire (1996) “uma postura vigilante através de uma auto-reflexão crítica da nossa prática educativa”.

Esta reflexão da experiência enquanto aluno, possibilita repensar a Educação e a Geografia e relacioná-las com autores anteriormente estudados na graduação e que de certa forma fazem uma relação teoria e prática no processo ensino-aprendizagem. Podem-se citar autores como: Freire, com seu trabalho na área da educação popular, Kaercher, Callai e Resende com estudos sobre a prática do ensino da Geografia escolar e Sacristàn, com reflexões sobre a prática a parte do currículo. A partir dos relatos das autoras, pode-se repensar o ensino da Geografia e a Educação em contextos históricos distintos - décadas de 1970 a 90 – e suas respectivas políticas de ensino.

O que parecia tarefa fácil, no desenvolver da mesma, demonstrou-se de relevante dificuldade, pois grandes são as lacunas em nossa memória das aulas e principalmente dos professores que desenvolveram a Geografia escolar. Isso nos remete a um vazio, de informações, de

conhecimentos, a ponto de não se ter lembranças dos professores e de pouquíssimos conteúdos ministrados. Ministrado porque não tinham nenhuma noção de reconstrução do conhecimento.

Para entender esse vazio, tenho que buscar no contexto histórico-social em que se deu o ensino de 5ª a 8ª séries, que na época era chamado de Ginásial e o Ensino Médio de hoje, era o II grau.

Quando estava no segundo ano ginásial, houve uma reestruturação na lei de diretrizes e base da educação, a Lei nº 5692/71, em que extinguiu o primário (duração de cinco anos) e o ginásial (de quatro anos), criando o ensino de I Grau com oito anos. O colegial (duração de três anos) troca apenas de nome, para II Grau. Houve a diminuição de um ano de estudo no I Grau. O objetivo da lei era a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e o exercício consciente da cidadania. Como toda lei, teve alguns anos para ser implantada. Portanto, o ensino de Geografia dentro desse contexto, era de transmissão de conteúdos, as informações eram mecanicistas e pobre da realidade, dando prioridade à Geografia Física, onde não havia a construção de critérios pelos alunos dos conceitos, priorizando a motricidade, como pintar mapas, de decorar estados e capitais, afluentes das margens de rios, vegetação... reprodução.

Dando ênfase aos elementos físicos, meramente descritivos, a Geografia estava revestida de uma aparente neutralidade. As contradições da sociedade eram encaradas como meras "patologias" sociais. Sobre a falta de reflexividade nas aulas de Geografia Kaercher (2004) utiliza a expressão “um pastel de vento, a Geografia com boa aparência externa, mas permanecendo pobre na capacidade de reflexão. Muito conteúdo, baixa reflexividade”.

Em outro trabalho apresentado no Encontro Nacional de Geógrafos, Santos ressalta a necessária articulação dos conteúdos curriculares de Geografia com a realidade do educando, e na oportunidade cita ser necessário ao professor utilizar de informações do meio em que está inserido seu aluno e a articulação entre deste e os conteúdos geográficos. Segundo a autora, cabe aos professores conduzirem os alunos a um processo de reflexão e compreensão que o conhecimento está inserido na necessidade que temos de buscar respostas aos nossos problemas, propondo o desvelamento dos conteúdos ou a desconstrução do conhecimento e para tanto, as concepções de Educação e de Geografia do professor, é que podem fazer a diferença e a interlocução dos saberes que podem permitir esse avanço. (Santos, 2008)

A disciplina em sala de aula era imposta, os alunos mais rebeldes eram suspensos e até expulsos do colégio. O uso do quadro-negro e o livro didático não tiveram significado na Geografia, já que não lembro. Existindo uma neutralidade na aprendizagem, uma distância do sujeito – professor – e o objeto – aluno. O professor tem o conhecimento e o aluno não tem esse

conhecimento, não demonstra interesse, por isso vai memorizar. Uma escola totalmente conteudista, formalista. Lembro sim, das disciplinas de Física, Biologia e Matemática.

Fazendo essa reflexão, hoje posso compreender o porquê essas disciplinas terem significado e a Geografia não. Nessas disciplinas eu não era o objeto, já que havia a participação na construção do conhecimento, eu era o sujeito da aprendizagem, principalmente, nas aulas de genética, onde tinha bonecos para montar simulando como seria meu filho se o pai tivesse certas características. Na Física com aulas práticas, onde havia sempre o questionamento, a provocação do professor ou manifestações do grupo. Na Matemática usei o livro didático para buscar respostas para as minhas dificuldades, tanto que no 3º ano do II grau, sempre tirava dez nas provas. Até hoje sei explicar os conteúdos de Matemática, já que eles foram interiorizados e não memorizados. Passei a ser a autora da minha aprendizagem.

Para Rego (2000): "O conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o explicitamento do diálogo entre a interioridade do indivíduo e a exterioridade das condições do espaço geográfico [...]."

Portanto, busquei nesses professores a inspiração para ensinar Geografia. A aprendizagem só acontece com a participação do aluno, ele sendo o sujeito e o professor o mediador para que haja a reconstrução do conhecimento. Como o objeto da Geografia é o espaço geográfico e que esse está sempre em movimento, cabe ao professor demonstrar ao aluno que ele faz parte desse espaço. Isso acontece trabalhando com o imaginário do aluno, através de fotografias por exemplo, cada aluno vai ler e interpretar da sua maneira, a partir destas diferenças e do questionamento o aluno constrói e dá formas às diferentes leituras.

Segundo Callai (1999):

O nosso aluno tem de ser considerado em sua plenitude, e não apenas como uma criança que está à disposição do professor e da escola para ser ensinado [...] o aluno precisa ser visto como indivíduo que vive em sociedade num determinado momento e ocupando um determinado lugar [espaço] [...].

Quando se fala dos conteúdos curriculares de Geografia e a necessidade de enfocá-lo num momento histórico e social determinado, isso se concretiza na articulação com a realidade do educando e refleti-se sobre uma concepção de currículo como mecanismo de orientação das funções da escola, "o currículo é a forma de ter acesso ao conhecimento, não podendo esgotar seu significado em algo estático, mas através das condições em que se realiza e se converte numa forma particular de entrar em contato com a cultura" (SACRISTÀN, 2000, p. 15).

Em uma outra realidade - final da década de 80 e início dos anos 90 - também apresenta lacunas das aulas de Geografia e do professor de Geografia da quinta e da sexta série do ensino

Fundamental. No entanto, da sétima e da oitava série ficaram lembranças e considerações a compartilhar.

Era uma escola privada, a professora de Geografia também era coordenadora da escola e muitos alunos a temiam ou respeitavam não sei. O que sei é que eu tinha um grande respeito por ela. Durante suas aulas a turma se comportava de forma diferente das outras disciplinas como já mencionei, por medo ou respeito. O fato é que isso permitia as condições necessárias ao desenvolvimento da aula.

A disciplina era imposta, a própria postura da professora já inibia os alunos quanto a sua conduta em sala de aula, era a aula em que os alunos ficavam de forma mais disciplinar, no sentido de não pedir para está saindo, não ficavam levantando para conversar e nem ficavam com conversas paralelas que fugissem ao assunto da aula. No entanto ela nos deixava bem à vontade para participar e tirar dúvidas. Segundo Kaercher (2004), o estabelecimento de regras claras, o respeito a essas regras, e a autoridade do professor são necessárias e o aluno as deseja.

A professora demonstrava conhecimento teórico-científico e apresentava um rigor no desenvolvimento do seu trabalho. Entretanto, para Freire (1996), não há incompatibilidade entre estes e a amoracidade necessária às relações educativas.

Ela trabalhava sempre com recursos didáticos como mapas e o globo terrestre. Para trabalhar os conteúdos programáticos, utilizava três livros: um era o dos conteúdos e os outros dois de atividades. Os mapas, para cada conteúdo a ser trabalhado, eram fixados no quadro e os alunos se conduziam aos mesmos para localizar a informação que ela explicava ou perguntava. A aula era bem participativa, embora ela fosse imposta. O quadro era utilizado para se colocar apenas as sínteses dos conteúdos.

Lembro bem no dia de uma avaliação da disciplina, sobre o relevo brasileiro, que estávamos esperando “as questões”, objetivas ou subjetivas, comuns às disciplinas e ela veio com outra forma de avaliação. Pediu que escrevêssemos tudo que sabíamos do relevo brasileiro e nos entregou folhas em branco, sem pergunta, sem questionamento e sem textos. Éramos nós, o que tínhamos estudado e aquela folha em branco. Ficamos nos perguntando por onde começar, o que escrever? O que seria importante? E o que realmente tinha sido apreendido? Para mim essa foi uma experiência muito boa, pois achei que o que eu tinha entendido iria valer e não aquela preocupação “tomara que ela não me pergunte isso, pois não sei nada”, sentir que estávamos livres para relatar o que quiséssemos, contanto que não fugíssemos do tema central.

Antes de trabalhar os conteúdos geográficos com essa professora eu não gostava da Geografia, a idéia de memorizar as informações nunca me foi atraente. Quando iniciei o ano letivo com ela, e tinha-se a idéia de que ela era exigente e que dificilmente um aluno não ficava para recuperação na sua matéria, me fez sentir desafiada logo de início.

Assim, estudei como jamais tinha estudado a Geografia, além do mais sempre iniciava as aulas fazendo a “chamada” e ao dizer um nome, tínhamos de relatar alguma informação da aula anterior. Isso fazia com que todos estudassem, pois sabíamos que tínhamos de dizer algo da última aula, mesmo que alguns memorizassem ou anotassem no caderno uma frase, ou seja, alguma informação da aula anterior ele corria o risco de alguém dizer a informação antes dele. A ordem em que eram chamados os nomes era variada - ordem crescente, decrescente, números pares ou ímpares primeiro - para que não fosse favorecido um ou outro aluno.

As habilidades cognitivas trabalhadas eram conceituais e procedimentais, não tínhamos liberdade nas escolhas das atividades a ser desenvolvida, ela passava a idéia de “eu sei o que estou fazendo e como fazer”. Eu acredito que nem estaríamos preparados para tal decisão. Percebo, hoje, que a concepção de Geografia da professora era do aprender fazer e não a ser.

Não fazíamos muita reflexão dos temas que eram trabalhados, a base realmente era a memorização dos conteúdos e a concepção de educação da professora era de repasse de informações e não de construção do conhecimento, “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (FREIRE, 1996).

Esta característica da professora de desconsideração pela formação integral do ser humano e a redução do processo educacional a redução de puro treino demonstra a maneira autoritária de falar de cima para baixo. (FREIRE, 1996)

Hoje percebo que infelizmente assim como retrata Freire (1989) “há crianças cuja preferência é autoritária. Há crianças que se ‘acostumaram’ a render mais quando pressionadas de cima para baixo”. Esta postura do professor revela o desrespeito à autonomia do aluno, tendo assim seu trabalho centrado em si mesmo e não como deve ser na interação com seu aluno.

Durante o ensino médio, a professora de Geografia passava à idéia de “estou aqui só para ganhar meu dinheiro”, era numa escola pública estadual e esta tinha uma condição social diferente de nós os alunos. Essa ao entrar na sala demonstrava um desânimo e uma visão fatalista das coisas e dos alunos. Percebia que ela não acreditava em nós e ao mesmo tempo nós não acreditávamos nela.

Uma oportunidade que me lembro agora, e que de certa forma relaciona um período e o outro aqui relatado, foi o dia em que a professora do ensino médio chegou para trabalhar fuso horário e iniciou logo informando que tinha uma dificuldade em trabalhar esse assunto que na verdade ela tinha muitas dúvidas e eu disse a ela que eu tinha um bom conhecimento desse assunto, pois a professora do ensino fundamental trabalhou bem o assunto e eu tinha compreendido, o fato foi que eu acabei explicando para ela e em alguns exercícios eu respondia certo e ela tinha dúvidas.

Sinceramente, paro e tento lembrar uma aula dela e percebo não ter nenhum conteúdo me marcado, não ter nenhuma aula em minhas lembranças, a não ser o conteúdo relatado acima. Lembro nitidamente de sua entrada e saída da sala de aula, sempre desanimada, andava e parecia esta se arrastando. O que de fato acontecia é que não havia o que entender/pensar nas suas aulas “o professor explica quase nada ou as explicações são tão sintéticas e esquemáticas que basta o aluno memorizá-lo (informativo)” (KAERCHER, 2004, p.138).

Durante a aula, a relação entre os alunos e a professora, pode ser bem descritas por este mesmo autor (2004, p.127) que define como “levar os alunos em banho-maria”, “professor e aluno não brigam, não se tencionam, gastam o mínimo de energia, pactuam de forma velada, de forma não explícita, para que o tempo escoe e a aula chegue ao fim” e segue na (p. 128) “professor enrolando e falta de orientação nas tarefas e o ritmo lento do professor que leva ao desânimo do aluno”.

O que marcou foi perceber que a professora de Geografia no ensino fundamental tinha conhecimento teórico da disciplina, passava a impressão de que fazia as exigências, pois acreditava que éramos capazes, embora tivesse uma postura que não permitisse nossa intervenção. E a do ensino médio não acreditava no que fazia e muito menos nas pessoas para quem fazia. Essa diferenciação ressalta a característica levantada por Kaercher (2004) é necessário todo aquele que ensina ser um crente e um apostador “ele sabe o que ensina, mas, além disso, precisa acreditar no que ensina. Precisa crer, também, que é capaz de fazê-lo e, sumamente importante, que tenha vontade de fazê-lo”.

O positivo é saber que quando acreditamos no que fazemos, mesmo quando não somos compreendidos de imediato estaremos fazendo nosso papel enquanto educador, muitas das vezes essa incompreensão vem da falta de interação entre o professor e o aluno, ou melhor, do professor considerar o aluno como fundamental no processo educacional, e para tanto se faz necessário revelemos as nossas razões ao aluno e submetamos à sua avaliação e à sua crítica. A educação é um processo de ensino-aprendizagem e, portanto não é apenas a aprendizagem, ou seja, o aluno a ser avaliado, mais também o ensino, o professor.

A partir da reflexão sobre a postura da professora do ensino fundamental, concorda-se com Kaercher (2004) quando este fala de onde se dar a autoridade do professor “pelo domínio do seu ramo de conhecimento (razões cognitivas), e, por razões de ordem prática, de gerenciamento da disciplina, de regramento do convívio social, no fundo de questões éticas-morais”, pois isso é percebido pelo aluno e fundamental para que o ambiente da sala de aula, tenha as condições necessárias para o desenvolvimento da aula e assim se efetive uma aprendizagem significativa.

A Geografia desenvolvida na minha fase quanto aluna era de trazer informações gerais do mundo e do país, mais que não tinha muita relação com a realidade local, descontextualizada, através de uma prática escolar enciclopédica. O que reflete uma educação não para vida, mas para

se passar no vestibular, isso na escola do ensino fundamental. A escola do ensino médio, uma educação estatística, ou seja, para se aumentar o número da população que tinha o ensino médio completo, não visava à continuidade do ensino- ensino superior- e nem preparava para o mercado do trabalho.

No entanto, despertar o olhar consciente sobre o meio em que vivemos é uma das tarefas principais dessa ciência, ou seja, refletir sobre o que ocorre em seu cotidiano, pois o conhecimento dos conteúdos geográficos, vão além da sala de aula, do professor e de seu material didático, está na realidade que nos envolve.

Ambas as professoras acima citadas não tinham um respeito com os saberes dos alunos, embora por motivos diferentes, mas elas não estabeleciam a necessária relação entre os saberes curriculares fundamentais e as nossas experiências enquanto alunos. Esse respeito se dá através da interação entre essas duas formas de saber, vivido e o intelectual, para não tornar-se um mero informante, “O intelectual tem que interagir com a realidade para não se tornar apenas um informante sem interagir e sem politizar”. (FREIRE, 1989)

Nas aulas do ensino fundamental em que havia uma coerência no andamento da aula prevalecia uma situação de disciplina e no ensino médio que não tinha isso bem claro havia um desinteresse mútuo e a indisciplina. Sendo assim, pode-se entender a indisciplina como

“(…) energia desperdiçada, sem um alvo preciso ao qual se fixar, e como uma resposta, portanto, ao que se oferta ao aluno. Enfim, a indisciplina do aluno pode ser compreendida como uma espécie de termômetro da própria relação do professor com seu campo de trabalho, seu papel e suas funções. (...) Temos encarado os alunos, nossos parceiros de trabalho, como filhos desregrados, frutos de famílias desagregadas, ou como alunos inquietos, frutos de uma escola pouco desafiadora intelectualmente?”. (AQUINO, 1998, p.193-4)

A minha experiência enquanto aluno me possibilita analisar qual tipo de profissional quero ser: aquele que confia ou não no seu aluno, fatalista ou acredita que tudo está passivo de mudanças, comprometido ou não com a educação.

“É interessante observar que a minha experiência discente é fundamental para a prática docente que terei amanhã ou que estou tendo agora simultaneamente com aquela. É vivendo criticamente a minha liberdade de aluno ou aluna que, em grande parte, me preparo para assumir ou refazer o exercício da minha autoridade de professor. Não devo pensar apenas sobre os conteúdos programáticos, mas, ao mesmo tempo, a maneira mais aberta, dialógica, ou mais fechada, autoritária, com que este ou aquele professor ensina”. (FREIRE, 1996)

Diante disso, salienta-se ser imprescindível ao docente considerar o espaço pedagógico como um ambiente de constantes reflexões e avaliações, considerando a este, assim como a Educação um processo e não um fim em si. E isso se dá através de constantes trocas de

experiências, reflexões e avaliações, inclusive pelos discentes, pois como se pode perceber hoje que estamos no “lugar” do professor, o quanto é importante o olhar do aluno sobre a prática de um professor, pois assim como o professor o aluno também é ator desse processo.

A Geografia não é enfadonha e decorativa, o que falta aos professores é a consciência de que seu conhecimento gera apenas informações para seus alunos e estas servem apenas como ferramentas para serem analisadas e refletidas, e não o repasse do mesmo como conhecimento em si. No entanto, como está é trabalhada na realidade escolar, conteúdos que, quase invariavelmente, são analisados de forma isolada, segundo uma postura tradicional, apontando, uma disciplina simplória, inútil, sem nenhuma aplicação prática fora da sala de aula.

Deste modo, faz-se imprescindível a desvincular da Geografia como decorativa ou enfadonha, e sim como uma ciência que trabalha com a realidade que tem ligação direta no dia-a-dia, proporcionando assim uma nova visão da realidade. Um quadro de insatisfação com a matéria, tanto por parte dos alunos quanto por parte de alguns professores podem segundo Cavalcanti (1998) “em primeiro lugar, há um descontentamento quanto ao modo de trabalhar a Geografia na escola. Em segundo, percebem-se dificuldades de compreender a utilidade dos conteúdos trabalhados”.

Essa realidade não desperta o interesse do aluno, transmitindo uma noção de inutilidade, não conseguindo reconhecer a relação entre os conteúdos geográficos em suas experiências concretas, pois o vivido pelo aluno é expresso no espaço cotidiano, e a interligação destes é fundamental para a aprendizagem. “Se o espaço não é encarado como algo em que o homem (o aluno) está inserido, natureza que ele próprio ajuda a moldar, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia torna-se alheia para ele” (RESENDE, 1986, p. 20).

Nesse sentido, é preciso, também, que nós, professor da Geografia escolar preparar o aluno para que ele compreenda o valor do seu espaço e de sua ação nele, para tanto, precisamos nós também considerar o lugar e o cotidiano não como simples materialidade e a sala de aula como um lugar de trocas de idéias, valores e de interesses diversos, para viabilizar uma aprendizagem significativa.

Segundo Sacristàn (2000, p. 13) essa dificuldade se dar devido: “[...] Nossa cultura pedagógica tratou o problema dos programas escolares, o trabalho escolar, etc. como capítulos didáticos, mas sem a amplitude nem ordenação de significados que quer sistematizar o tratamento sobre os currículos”.

Como alunas, nossas vivências foram em épocas distintas. Uma, na época da repressão e outra, num momento mais liberal. As épocas foram diferentes, mas as lembranças das aulas de Geografia, neutras, sem sentido, sem questionamento e sem a troca entre professor-aluno, em duas décadas foram as mesmas. A aula de Geografia continuou a ser descritiva, de síntese, de transmissão e de reprodução.

Portanto, hoje como professora percebeu que o fundamental é aprender para a vida individual e, sobretudo coletiva, não apenas competir. Trata-se em primeiro lugar, de gestar aquela cidadania que sabe manejar conhecimento com qualidade formal e política, diferente, por isso, de outras cidadanias que a sociedade propicia e motiva. Usa a vantagem comparativa mais decisiva dos tempos atuais, no sentido mais preciso saber fazer a própria história, sem esquecer que o saber pensar inclui saber cuidar e acreditar.

Em seu artigo sobre “Ensino da Geografia, mídia e produção de sentidos”, Guimarães (2007) faz um questionamento a partir da sua concepção da Geografia como disciplina escolar e seus objetivos de tornar o mundo sensível e compreensível aos alunos, em que o local e o global estão simultâneos e ao mesmo tempo segregados, então como explicar o mundo se hoje já faz parte do nosso cotidiano (aluno)?

O que segundo a autora traz ao ensino de Geografia, novas questões e desafios, ou seja, a explicação do mundo e da nossa relação com ele, impondo a ciência geográfica: pensar novas teorias, novos instrumentos metodológicos e ver a ciência como uma construção. E estas possibilitam então pensar e repensar a Geografia escolar e diferenciá-la da Geografia acadêmica, sendo necessário avaliar a relação entre o conhecimento científico e o escolar, suas aproximações e distanciamentos, por isso deve-se considerar o processo de transposição didática (tornar um conhecimento científico e cultural ensinável e apreensível). Esse processo faz com que o conhecimento científico sofra transformações quando chega aos estudantes, originando aí um novo tipo de conhecimento.

Aliás, só o domínio do campo conceitual e a produção acadêmica da Geografia não ampliam as possibilidades dos docentes sistematizarem de uma forma mais rica os conhecimentos escolares, e faz necessário repensar o papel e as interações entre Didática, a Pedagogia e a Geografia, ou seja, repensar os procedimentos metodológicos no ensino. Na busca de repensar a Geografia escolar, o Kaercher (2004) relata as deficiências na formação do professor tanto no nível de graduação como de pós-graduação e a conseqüente desarticulação da formação acadêmica e a realidade prática da escola, o que dificulta o ensino de Geografia.

Para isso o professor tem uma função mediadora entre o aluno e o universo da aprendizagem. Da mesma forma, a escola precisa posicionar-se de forma crítica, visando a um ensino de qualidade, que leve à formação de cidadãos capazes de interferir na realidade, sendo importante o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitam a produção e circulação de novos conhecimentos e informação sobre as complexas e intrincadas situações que permeiam a sociedade neste início de século.

Hoje apesar de muitos problemas ainda persistirem, um avanço se dá no sentido da discussão. A Educação e particularizando a disciplina em questão, não é tida mais como

acabada e muito menos como algo que não deva ser pensado e transformado, muitos são os avanços alcançados apesar destes ainda serem a passos lentos, mais com algumas mudanças significativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLAI, Helena Copetti (org) et al. **Geografia em sala de aula** – práticas e reflexões. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 1228.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6 ed. Campinas, SP: autores associados, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à Prática Educativa**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1996. (Coleção Leitura)
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GUIMARÃES, Iara. **Ensino de Geografia, mídia e produção de sentidos**. Presidente prudente: Terra Livre. Ano 23, v.1, n. 28, p.45-66, jan.-jun, 2007.
- KAERCHER, Nestor André. **A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da USP, 2004. tese (doutorado).
- REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. **Geografia e Educação – Geração de Ambiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- RESENDE, M. S. **A Geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino**. São Paulo: Loyola, 1986.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa – 3 ed. – Porto Alegre: ArtMed, 2000. (realidade espanhola)
- SANTOS, Ana Gissele da Silva; KAERCHER, Nestor André. **Uma discussão sobre a necessidade da articulação dos conteúdos curriculares de Geografia com a realidade dos alunos**. XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/lei de diretrizes e bases da educação](http://pt.wikipedia.org/wiki/lei_de_diretrizes_e_bases_da_educacao).